

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2905782120201112175531

Processo 0800540-11.2020.8.23.0030 ☆ - (150 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

36 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 36

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por	
<div><div></div></div>	36	12/11/2020 17:55:31	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (26/10/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div>36.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA</div><div>FILHO</div><div>2729332IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf</div><div>Público</div></div>				
			LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 28/10/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 31) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (26/10/2020) e ao evento de expedição seq. 32.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
			LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de RUBEM HONORATO SILVA) em 28/10/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 31) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (26/10/2020) e ao evento de expedição seq. 33.	Wallyson Barbosa Moura Advogado
			EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de RUBEM HONORATO SILVA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 31) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (26/10/2020)	Sandra Aparecida de Oliveira Carvalho - SJRI Técnica Judiciária
			EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 31) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (26/10/2020)	Sandra Aparecida de Oliveira Carvalho - SJRI Técnica Judiciária
<div><div></div></div>	31	26/10/2020 11:05:02	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE	Anita de Lima Oliveira Magistrada
<div><div></div></div>	30	20/10/2020 12:16:23	JUNTADA DE LAUDO	SANDRA MARIA CONCEICAO DOS SANTOS Analista Judiciário
<div><div></div></div>	29	16/10/2020 16:15:33	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	28	29/09/2020 23:13:38	CONCLUSOS PARA DECISÃO Responsável: PATRICIA OLIVEIRA DOS REIS	Leidson da Silva - SJRI Analista Judiciário
<div><div></div></div>	27	25/09/2020 17:14:50	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	Wallyson Barbosa Moura Advogado
	26	10/09/2020 00:02:57	DECORRIDO PRAZO DE RUBEM HONORATO SILVA (P/ advgs. de RUBEM HONORATO SILVA *Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE CERTIDÃO (28/08/2020) e ao evento de expedição seq. 20.	SISTEMA CNJ
	25	09/09/2020 00:09:09	DECORRIDO PRAZO DE PERITO ROGERIO LEONARDO DE PAULA DIAS (Para Perito Rogerio Leonardo de Paula Dias *Referente ao evento (seq. 6) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(15/06/2020) e ao evento de expedição seq. 16.	SISTEMA CNJ
	24	09/09/2020 00:07:28	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE CERTIDÃO (28/08/2020) e ao evento de expedição seq. 19.	SISTEMA CNJ
			LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MUCAJAI/RR**

**Processo: 08005401120208230030**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RUBEM HONORATO SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 3.712,50 (TRÊS MIL E SETECENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001            AGÊNCIA: 1769-8            CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 14/05/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 3.712,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RUBEM HONORATO SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03906

CONTA: 000000019581-8

---

---

Nr. da Autenticação 7EC16F1ACF63DE66

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a liquidação do sinistro na esfera administrativa, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

MUCAJAI, 10 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**